

Diálogo, a meta em Cartagena

CARLOS CONDE
Da sucursal de Brasília

"Há campo para um diálogo governo a governo. O essencial é trazer os governos para a negociação da dívida externa e esse é um objetivo realista. Levantamos a peteca, que está no ar, depois de ser devolvida pela cúpula dos ricos, em Londres." Essa análise é feita por uma alta fonte do Itamaraty, profundamente envolvida no caminho político adotado pelo Brasil para renegociar sua dívida.

A fonte confessa: "Não queremos laçar os países ricos e trazê-los quase à força para negociar. Essa deve ser, em algum momento, uma tendência natural. Sabemos que esse processo é árduo, demorado e penoso. Por isso, não esperamos resultados espetaculares da reunião de países latino-americanos que será iniciada na próxima quinta-feira na cidade colombiana de Cartagena".

Dez países confirmaram presença no encontro de Cartagena. Os quatro que constituíram o núcleo inicial de protesto contra as condições atuais de pagamento da dívida: Brasil, Argentina, México e Colômbia. Os três que se incorporaram à campanha para enviar carta aos chefes de governo das sete nações mais ricas do mundo: Venezuela, Peru e Equador. E três que manifestaram o desejo muito forte de ir a Cartagena: Bolívia, República Dominicana e Chile. Os dois primeiros são muito representativos da situação enfrentada pelos devedores. A Bolívia precisou recorrer à moratória e, na República Dominicana, os problemas econômico-financeiros explodiram em conflitos de rua, dramatizando um quadro social insuportável.

A alta fonte da chancelaria brasileira nega qualquer intenção de rasgar a Carta de Quito, assinada em

janeiro na capital do Equador, como resultado da palavra unânime da América Latina. "O encontro de Quito foi uma conferência, que coroou um processo de ampla mobilização e consultas. Já Cartagena não irá além de uma reunião muito informal, convocada inclusive com pouca antecipação. Alguns países perguntaram se poderiam comparecer na qualidade de observadores, mas receberam resposta negativa."

DIÁLOGO

A fonte alerta para a palavra-chave que orientará todo o encontro de Cartagena — diálogo: o texto de todos os documentos que preparamos até agora foi marcado por essa palavra e esse desejo. Na Colômbia, na próxima semana, pretendemos levar adiante o processo. Depois de Quito, houve gestos políticos importantes e agora já temos alguns resultados. Não vamos lá criar fatos consumados ou apresentar exigências. O Brasil não levará posições predeterminadas. Não descenderemos a grandes pormenores. Cartagena não vai tirar coelhos da cartola. Temos a idéia de que a negociação da dívida de cada país será sempre conduzida bilateralmente, entre o governo desse país e as entidades financeiras. É preciso distinguir isso da atuação política, que é o novo ingrediente da negociação e com o qual estamos trabalhando agora."

A fonte, para tornar-se ainda mais clara, mostra o que não será discutido em Cartagena: "Não se discutirá a situação específica de qualquer país. Não estamos pensando em formar um cartel dos devedores, até porque essa seria uma idéia despropositada, irrealizável. Não vamos buscar a renegociação conjunta da dívida. O Brasil não vê toda essa movimentação política que está em curso como o fim da política de ajustes, que afinal de contas precisaria-

mos levar avante de qualquer forma, no interesse do país, independente de determinação do FMI".

RESULTADOS

O comunicado de Londres, das sete nações mais ricas, é analisado: "Ele representou um passo adiante e foi até mais significativo do que se esperava. Não é o ideal. Nós também não aguardávamos uma resposta direta. Temos que reconhecer que a reunião de Williamsburgo foi mais taxativa, porém mais genérica. Londres teve uma resposta mais seca, porém introduz o fundamental: claros indícios de flexibilidade na posição dos países ricos. Eles falaram em encorajar o FMI a desenvolver seu papel central. Eles se referiram à renegociação pluriannual da dívida".

Depois da cúpula de Londres, o encontro de Cartagena passou a ser uma iniciativa quase natural em um longo roteiro de passos políticos: "a própria força dos fatos que se foram sucedendo levou à atuação política de agora. Os números do endividamento dos países latino-americanos levou à união entre os países e ao desejo de achar soluções concretas. Sugerem certos indícios de que há um impulso ao nosso processo. Aconteceu uma substancial reanimação da economia dos Estados Unidos. O comércio mundial abandonou a estagnação em que se encontrava e começou a crescer de novo. E ocorreu um desfogo no mercado do petróleo".

Mas também surgiram dados negativos apontados pela fonte: os efeitos retardados da crise econômica e o crescente protecionismo, que limita os meios de pagamento das respectivas dívidas externas, por parte dos países devedores. Por causa de tudo isso tornou-se inevitável a mobilização latino-americana em favor do tratamento político da dívida.